

A LUTA TAMBÉM SE FAZ NA FESTA: CULTURA E POLÍTICA CAMPONESA NO NORDESTE BRASILEIRO (1950-1964)

José Romário Rodrigues Bastos¹

Resumo: O presente trabalho é, antes de tudo, uma tentativa de reconstruir os fios de uma história dispersa sobre os embates dos pobres da terra no Nordeste brasileiro. Buscamos refletir de que maneira se deu o processo de mobilização do campo entre 1950 e 1964, período marcado por forte tensão social, advinda da pressão dos trabalhadores por direitos historicamente negados. Destacamos aqui o universo cultural camponês, terreno fértil de contestação e rebeldia, lugar propenso a disseminação dos ideais coletivos materializados nas Ligas Camponesas, Associações e Sindicatos de Trabalhadores do Campo. Ao observarmos a centralidade dos momentos de lazer e sociabilidades na vida camponesa, somos convencidos que a luta por justiça e direitos foi fortalecida em ambientes de convívio e festividades, nas feiras, bodegas, violadas, ocasiões que geralmente escapavam ao olho dos proprietários.

Palavras-Chave: Cultura; Trabalho; Resistência; Camponeses.

THE FIGHT ALSO IT'S DONE AT THE PARTY: CULTURE AND POLITICS PEASANT IN BRAZILIAN NORTHEAST (1950-1964)

Abstract: The present work is, above all, an attempt to reconstruct the threads of a scattered history needing studies that deepen the struggles of the poor of the land in brazilian northeast. We sought to reflect how the process of countryside mobilization began in the second half of the twentieth century, a period characterized by strong social tension, resulting from the pressure of workers for historically denied rights. We emphasize here the peasant cultural universe, a fertile ground of contestation and rebellion, a place prone to the dissemination of the collective ideals materialized in the Peasant Leagues, Peasants' Associations and Trade Unions. By observing the centrality of moments of leisure and sociability in peasant life, we are convinced that the struggle for justice and rights has been strengthened in convivial and festive environments, in fairs, bars, country music, occasions when they usually escape the owners's eye.

Keywords: Culture; Work; Resistance; Peasants.

*O artigo é fruto da pesquisa de doutorado em conclusão “Combates por justiça e direitos: história social da luta pela terra no Ceará (1950-1964)”

¹Doutorando em História Social pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Docente da Rede Pública Estadual de Ensino do Ceará.

Introdução

“Naquele vasto mundo de coisas do Nordeste, tão malsinado, tão desconhecido, é onde o camponês veicula e perpetua as suas tradições, seus costumes, sua arte poética, música e seus cantos, seus temas e seus assuntos” (JULIÃO, 1962: 38).

Francisco Julião, liderança das Ligas Camponesas de Pernambuco, em publicação na década de 1960² expôs a disposição dos camponeses se reunirem em luta por justiça e direitos no campo. Analisando, sobretudo, a atuação desses trabalhadores no Nordeste, Julião documentou traços marcantes da mobilização camponesa da época, não esquecendo a importância dos elementos culturais nos embates políticos de então, pois a cultura da gente simples foi um dos meios decisivos para a expansão das Ligas pelo Nordeste. Tradições, costumes, músicas, arte e poesia, são, assim, chaves para a compreensão do processo de associativismo camponês verificado em todo o Brasil a partir da segunda metade do século XX.

Nessa direção, em 1955, o jornal Terra Livre estampava notícia da celebração do “Maneiro-pau e Corta-tesoura” durante a Assembleia Geral da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Ceará (ULTAC). Protagonizada por camponeses, a tradicional dança era parte da programação do conclave, ocupava lugar destacado naquela importante reunião, com ela as reivindicações, compromissos aprovados foram firmados pelos congressistas. O Maneiro-pau trata-se de um folguedo popular presente com mais frequência nas regiões Norte e Nordeste. No Ceará, sua manifestação é mais intensa na região do Cariri, ao Sul do Estado, constituída por homens, dançando circularmente em forma de desafio com choque de cacetes, ritmados por uma toada composta por versos do puxador e pela resposta cantada pelos dançantes. Muito apreciada entre os trabalhadores do campo nos momentos de festa e lazer, ocupou também os espaços de deliberação e organização camponesa.

Corta-tesoura e maneiro-pau em Fortaleza. Uma embaixada de maneiro-pau (dança popular do nordeste), com cerca de 50 pessoas do município de Várzea Alegre, compareceu à sessão de encerramento da assembleia geral da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Ceará

² A publicação “O que são as Ligas Camponesas?” inaugura a coleção “Cadernos do Povo Brasileiro (1962-1964)”, importante reunião de 28 volumes com 24 números temáticos, estampados pela Civilização Brasileira sob coordenação de Ênio Silveira e Álvaro Vieira Pinto (LOVATTO, 2013).

A LUTA TAMBÉM SE FAZ NA FESTA: CULTURA E POLÍTICA CAMPONESA NO NORDESTE BRASILEIRO (1950-1964)

(ULTAC) realizada em Fortaleza, no dia 25 de julho último. Na ocasião foram exibidos números de maneiro-pau, corta-tesoura, rasteiras e músicas típicas regionais – como o “cabaçal”. Nessa assembleia da ULTAC foi aprovado um programa de reivindicações incluindo entre outros pontos a entrega das terras devolutas aos camponeses pobres, a luta contra os arrendamentos exorbitantes e por contratos de arrendamentos mais longos não excedendo de 10 por cento sobre a produção. A assembleia da ULTAC aprovou também desenvolver a luta por aumento de salários nos locais de concentração de assalariados como Serra do Baturité e municípios de Maranguape, Redenção, Pacoti, Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, onde ainda existem salários até de cinco cruzeiros por dia a seco. (Terra Livre, Julho 1955: 4)

Entre exigências que iam da posse de terras devolutas, passando pela modificação na forma dos arrendamentos e defesa do aumento salarial para os trabalhadores das serras, os festejos populares aparecem com destaque nas campanhas e movimentações em torno do associativismo camponês e a busca por justiça e direitos no campo, num momento de crescente agitação política em todo o país. Ao longo da década de 1950, as reivindicações camponesas passam a ocupar decisivamente o debate em torno das reformas exigidas pelos diversos setores ligados à esquerda dispostos a transformar a realidade de miséria e exploração experimentada por milhares de camponeses. As dificuldades da vida vão tomando outra dimensão à medida que as reclamações passam a ser coletivas.

Verificamos que os camponeses percebem alguma fortaleza ao compartilharem seus sofrimentos, se identificam com os relatos de miséria contados por outros sujeitos em semelhante condição e passam a confiar no crescente movimento associativo. A fala aos poucos vai se tornando coletiva, porque as dores também eram. Essa talvez seja a principal motivação que levava os pobres do campo se reunirem buscando a superação da miséria. O embate agora podia ter outro formato, com apoio dos aliados do PCB, do Pacto Sindical e de Parlamentares entre outros atores, e com suporte de organizações cada vez mais próximas às lutas no campo como A SUPRA (Superintendência da Política Agrária) e as DRT's (Delegacias Regionais do Trabalho). Todavia, esses interlocutores devem ser compreendidos como agentes de apoio nos embates do campo, ampliando a disposição camponesa de enfrentamento à dominação, cuidado metodológico necessário para não esquecermos a centralidade do papel questionador camponês.

Reunidas principalmente na ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil), criada em 1954, as pautas do campo integram a agenda de

mobilização pelo interior do país, animadas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) que ao se aproximar dos lavradores, trabalhou pela disseminação e criação de diversas associações de defesa dos camponeses, mais tarde contribuindo expressivamente no processo de sindicalização do campo. Nesse sentido, se difundiram grupos, núcleos e células nos mais distantes povoados do interior brasileiro, com o objetivo de reunir a insatisfação vivida pelo trabalhador, espaços favoráveis por um lado, à escuta de relatos, denúncias e orientações, por outro fortalecer a organização e discutir formas de enfrentamento ao poder dominante de forma coletiva (MEDEIROS, 1995; WELCH, 2010; COSTA, 2010; STEIN, 1997).

Como estratégia buscaram atuar junto ao maior número de camponeses possível, destinando significativo esforço por incorporar ao vocabulário da luta social verbos proferidos no cotidiano da roça. Como principal veículo de comunicação das lutas do campo, a imprensa comunista criou o jornal Terra Livre, impresso especificamente para informar as peijas e dores do campo, seus agentes além de colherem notícias e reportagens enviadas à redação em São Paulo, incentivaram a leitura em voz alta, fundamental para circulação de informação num universo de iletrados. Cumpre acentuar a potência do Terra Livre no trabalho de reunir em suas edições material sobre o trabalho, a vida e a cultura camponesa (SOUZA, 2005). É notória a importância dada ao universo cultural do trabalhador do campo, expresso nas cartas da roça, depoimentos, trovas, versos, modas de viola, danças tradicionais, publicados praticamente em todas as edições, indicando que o processo de mobilização no campo sofreu em seu formato decisiva influência da cultura camponesa.

No período em questão, o retrato fundiário brasileiro estampava altos índices de concentração de terra, abrigando milhares de trabalhadores despossuídos, vivendo sob frágeis condições de trabalho e sobrevivência, impostas por uma elite agrária sempre disposta a lucrar às custas da exploração da força de trabalho abundante nas lavouras (CAMARGO, 2004). Para garantir o sucesso econômico dos proprietários, era preciso articular um conjunto de ações que favorecessem o poder dos supostos donos de terra. A primeira, passava pelo controle da posse. O latifúndio priva a posse e o uso da terra, impedindo o camponês de trabalhar para si de forma autônoma, retirando a capacidade de manter a família, forçando-o a buscar trabalho e moradia dentro das grandes propriedades.

Essa distribuição irregular e injusta é fator decisivo ao processo de empobrecimento de uma classe, que acaba por se sujeitar às péssimas exigências dos proprietários.

O que em termos humanos e sociais significa que uma minoria de grandes proprietários concentra em suas mãos a maior parte das terras, deixando à massa da população uma reduzida sobra em que ela angustiosamente se comprime. Uma das principais consequências dessa situação, senão a principal, é a abundante disponibilidade de mão de obra que ela gera. Trata-se da considerável parcela da população rural que, devido à concentração da propriedade, não encontra outra alternativa para prover sua subsistência que alhear a sua força de trabalho e se pôr a serviço dos grandes proprietários e fazendeiros. Circunstância essa, aliás, que torna possível o grande estabelecimento agropecuário, a usina, o engenho, a fazenda de tipo comercial de que se estrutura a economia agrária do Nordeste - como a do Brasil em geral -, não poderia existir. A concentração da propriedade fundiária tem assim o duplo efeito: primeiro, o de conceder ao empreendimento agromercantil uma base territorial conveniente para a realização de seus objetivos; e, em seguida, de assegurar ao mesmo empreendimento a mão de obra indispensável de que necessita. (PRADO JUNIOR, 2014: 317)

Nesses lugares, as relações de produção eram geralmente orientadas pela vontade dos patrões, pautadas essencialmente por interesses comerciais, ausentes de medidas legais que afiançasse qualquer segurança ao trabalhador. Consolidando uma estrutura fixada desde tempos coloniais, grandes fazendeiros concretizavam seu domínio impondo danosos contratos, por vezes selado oralmente, regidos pelo abuso de poder. Através dos números da Comissão Nacional de Política Agrária em 1952, pode-se perceber que a maioria dos contratos firmados entre trabalhador e proprietário se davam de forma não escrita. Os dados informam que na região Norte os contratos materiais correspondiam apenas a 2% dos catalogados; no Nordeste 7%, Leste 9%, Centro-oeste 6%, Sul 23% (CALDEIRA, 1955: 9). Partindo dessas amostras, deduz-se que em todo o Brasil se erguem as bases materiais do desmando e a ausência de regulamentação do trabalho no campo. A Comissão Nacional de Política Agrária (CNPA) é instalada em 1952 justamente nesse contexto de ausência da norma de proteção do trabalho, com o objetivo de estudar e propor medidas segundo as fontes de desenvolvimento da economia agrícola, além do que se convencionou chamar de “bem-estar rural”.

No Ceará os contratos estabelecidos nas propriedades obedecem a mesma lógica observada nas demais regiões do país. O relatório da (CNPA) conclui que dos 72 contratos

pesquisados nos municípios cearenses, 66 eram estabelecidos de forma verbal (CALDEIRA, 1955: 10). Essa era a forma que o trabalhador encontrava para sobreviver. Sem condições de rejeitar as circunstâncias impostas, talvez por saber que na próxima fazenda se depararia com semelhante situação, ou por não encontrar amparo legal junto aos órgãos do Ministério do Trabalho. Para escapar da fome, aceita a “sujeição” que o patrão determinava.

O latifúndio contava também com um forte esquema de violência armada formada por jagunços e capangas, encarregados de executar as ordens cruéis dos proprietários ou administradores nos momentos de despejos, castigos, agressões físicas e assassinatos. Para a manutenção do poder o uso da força era fundamental, principalmente quando surgia algum questionamento por parte dos trabalhadores. Era esse grupo que cumpria as ordens de soltar o gado na roça do camponês rebelde, incendiava as choupanas do lavrador que desafiara o mandado do fazendeiro, surrava o meeiro quando insistia em reclamar da balança que o prejudicava na hora da partilha desigual da colheita, expulsava os moradores que se recusavam aceitar calados a humilhação³. As grandes propriedades contavam ainda com o histórico auxílio político judicial do Estado, quase sempre tendente a dar razão aos latifundiários quando os conflitos alcançavam a esfera pública. Fosse por meio do aparato policial ou através da justiça, os objetivos dos grupos dominantes eram reforçados pelos agentes estatais, demonstrando o poder consolidado a partir da combinação de interesses entre a grande propriedade e o poder público.

A luta social protagonizada pelos camponeses ao longo da história, e especificamente nos anos em que se observa o crescimento dos embates coletivos por meio das associações e sindicatos, foi formada também pelos elementos comuns aos sujeitos do campo. Em meio a passeatas, ajuntamentos e assembleias, práticas de lazer vivenciadas nos sítios, fazendas e baixadas, como a dança do maneiro-pau, o desafio de repente, as violadas, dentre outras, se juntam ao clássico formato de reivindicação dos trabalhadores, trazendo aspectos do viver no campo ao processo de mobilização por justiça e direitos nos anos que antecederam o golpe civil-militar de 1964. Na assembleia da ULTAC, mais que um simples encerramento, a festança referida na matéria era parte crucial no fazer-se da luta, era chave

³ Para o caso do Ceará temos várias denúncias da atuação dos capangas agindo para manter o poder nas propriedades em todo o Estado. Em termos de Brasil, em uma conferência realizada apenas no Jornal Terra Livre (1954-1964) nos deparamos com inúmeros casos de açoites, expulsões, humilhações e assassinatos.

para o fortalecimento da sociabilidade camponesa, edificada em seu conjunto pela relação, traço marcante das comunidades rurais.

Uma Cultura rebelde

Na tentativa de enfrentar o quadro dramático de exploração e miséria agrária, em vários momentos da recente história brasileira os camponeses se levantaram em revolta desafiando o poder estabelecido, mobilizando o forte arsenal armado do Estado, sempre de prontidão para socorrer o latifúndio e massacrar os rebeldes em luta. Ao tomarmos um curto intervalo de 60 anos após a instauração da República, perceberemos várias tentativas que ousaram desafiar o circuito de dominação fundiária, arregimentando expressivo número de trabalhadores. Canudos na Bahia (1897), Contestado na fronteira entre Santa Catarina e Paraná (1916), Caldeirão no Ceará (1937) e Porecatu no Paraná (1951) são exemplos dos atos de coragem e teimosia camponesa, preocupando os grupos dominantes brasileiros, acabando terrivelmente sufocados, fazendo-nos crer que no Brasil presenciamos uma “república dos massacres” (DECCA, 1997).

Os levantes acima citados indicam um acúmulo de insatisfações cotidianas, expressas pela rejeição dos camponeses às circunstâncias desagradáveis que os perseguem desde o nascimento. Mesmo sabendo dos perigos que enfrentariam se juntando em agrupamentos que fugiam à lógica prevalecente, arriscavam dias melhores. Há, nesse sentido, uma negação ao modo de vida imposto pelos senhores da terra, manifestada na cultura de contestação que revela seu traço questionador em vários momentos. Seu primeiro e talvez mais forte enfrentamento era resistir ao formato de produção capitalista. O modo de vida camponês, observado através de uma unidade de produção familiar preocupada, primeiramente, com a reprodução dos membros daquele núcleo, perdura mesmo diante de todo avanço do capital, prevalecendo ainda a marca adaptativa, diante das transformações ocorridas ao longo do tempo. “Trata-se de uma crítica básica e essencial elaborada pelo campesinato, em sua prática política, que alcança o cerne da experiência capitalista” (NEVES, 2017: 56).

Mesmo com toda força transformadora das relações nas sociedades capitalistas o camponês seguiu resistindo, abrindo fissuras no modo de produzir, preservando formas de

viver não capitalistas dentro do capitalismo (PLOEG, 2016). Martins, lembra que “O anticapitalismo do lavrador é expressão concreta das suas condições de classe” (1980: 26), agindo, portanto, a partir de sua experiência. Os estudos de pensadores anarquistas, sobretudo Piotr Kropotkin e Élisée Reclus apontaram a singularidade própria do mundo campesino em meio à crença do triunfo capitalista, observando no apoio mútuo traços baseados na comuna rural, orientados em princípios antagônicos aos do capital (SOUZA, 2012). Aleksandr Chayanov também refletiu sobre o papel do campesinato frente ao avanço capitalista na Rússia, reforçando a tese de adaptação às regras de produzir, fator responsável pela reprodução desse grupo, discordando, em grande parte, de Kautsky e seus seguidores, partidários da teoria do desaparecimento camponês (BARTRA, 2011; CARVALHO, 2014).

Desse modo, observamos a importância da cultura ao se estudar o viés questionador dos trabalhadores do campo, pois episódios do cotidiano demonstram como se vive, trabalha, barganha, enfrenta as dificuldades, faz política, vive e morre. É lá também que se encontram chaves de compreensão às contradições aparentes dos sujeitos na história. Richard Hoggart (1958) e E. P. Thompson (1963) ao procurarem compreender as motivações das lutas operárias buscaram no passado o caráter contestador dos camponeses diante dos cercamentos e de diversas experiências de enfrentamento como motins, roubos, destruição de cercas, cartas ameaçadoras, incêndios. Esses estudos, além de contribuírem para o modo de se fazer história “desde a baixo”, possibilitaram a revisão historiográfica quanto ao método de estudar os explorados do campo (FONTANA, 2000).

Encaramos a cultura como um conjunto de ações de um povo inscrito numa determinada experiência temporal que compartilham por meio de diferentes relações sociais um conjunto de práticas, hábitos e modos de ser por vezes conflitantes, por outras harmônicos. Variando no tempo e espaço, a cultura é a marca das sociedades em contínua relação com o passado e o futuro, observada nas rupturas e continuidades expressas através das diversas formas de organização social, repletas de “tensões, conflitos, resoluções e irresoluções, inovações e mudanças reais” (WILLIAMS, 1992: 29). Motivo de estudo há considerado tempo entre os pesquisadores sociais, a cultura, até bem pouco tempo, remetia

as manifestações do espírito de um grupo, comum ao universo letrado, materializado nos espaços de cultivo e produção onde a maioria dos sujeitos ficavam excluídos⁴.

Seguindo essa linha, as demonstrações típicas da vida do povo simples foram encaradas como menores, ou popular, em contraposição ao que se convencionou chamar de erudito. Essa divisão erudito/popular é passível de questionamento, pois carrega consigo uma aparente divisão cultural entre os povos, não enxergando as “circulações fluídas, práticas compartilhadas, diferenças indistintas” (CHARTIER, 2004: 8) dos grupos sociais em constante interação, por mais distantes que sejam em termos econômicos e sociais. A cultura popular, nesse sentido, passa a ter outro significado, figurando agora como manifestações próprias de um povo, longe de concepções hierarquizantes, mas que a encare como um modo de vida e seus desdobramentos com códigos estabelecidos em relação com os demais grupos sociais.

Um importante traço cultural do campo que reforça essa recusa à lógica da dominação responsável pelas modificações dos hábitos de vida e trabalho, é o forte elo relacional existente entre os habitantes das áreas rurais, herdadas desde o período colonial pelos povos originários que se negaram a incorporar a rotina do formato capitalista de produzir. O que para muitos era sinal de indolência, de atraso, ou de pouca disposição ao trabalho, para Antonio Candido significava um quadro sucessivo de imposições que geralmente foram questionadas pelos pobres do campo.

Como já se tinha visto no seu antepassado índio, verificou-se nele certa incapacidade de adaptação rápida às formas mais produtivas e exaustivas de trabalho, no latifúndio da cana e do café. Esse caçador subnutrido, senhor do seu destino graças à independência precária da miséria, refugou o enquadramento do salário e do patrão, como eles lhe foram apresentados, em moldes traçados para o trabalho servil. O escravo e o colono europeu foram chamados, sucessivamente, a desempenhar o papel que ele não pôde, não soube ou não quis encarar. E, quando não se fez cidadão, foi progressivamente marginalizado, sem renunciar aos fundamentos da sua vida econômica e social. Expulso da sua posse, nunca legalizada; despojado da sua propriedade, cujos títulos não existiam, por grileiros e capangas – persistia como agregado, ou buscava sertão novo, onde tudo recomeçaria. Apenas recentemente se tornou apreciável a sua

⁴ Nos referimos a significação moderna que o conceito de cultura adquiriu, pensado, sobretudo, por pesquisadores sociais ao analisarem as dinâmicas dos diferentes tipos de sociedade. Nos baseamos nas investigações de WILLIAMS (2008), THOMPSON (1998) e EAGLETON (2005).

incorporação à vida das cidades, sobretudo como operário (CANDIDO, 2001:107).

O autor nos leva a uma compreensão inovadora do percurso histórico dos caipiras marcada, profundamente, pela negação às leis impostas pelo poder regulador da produção. A tradição de não aceitar as formas estranhas de se produzir inseridas pelos colonizadores portugueses e aperfeiçoadas pelos administradores do Império, entrando república adentro, é parte da cultura dos trabalhadores do campo. A repulsa ao enquadramento no latifúndio o faz errante, em busca de novas terra, alvos da grilagem, responsável pela marginalização do homem do campo, que ou se põe novamente em marcha e sai à procura de novas terras, ou se queda aos terríveis códigos que regulam o trabalho camponês, se sujeitando, torna-se agregado do suposto dono da terra.

A relevância do lazer na cultura camponesa é outro fator que reforça essa rebeldia às imposições do capital sobre a vida desses sujeitos. Para eles, era imprescindível trabalhar em busca da obtenção apenas do necessário ao viver, os grãos armazenados eram destinados ao provimento anual e não para serem comercializados, para o comércio era destinado o excedente quando se obtinha. Ao estudar a vida dos caipiras de Bofete, Cândido percebeu a importância dada ao lazer, ocasião em que as relações de sociabilidade eram reforçadas, fosse através do trabalho de mutirão, quando um grupo de caipiras se reunia para edificar ou reformar, ou ainda roçar, para a família de algum dos moradores do bairro, fosse por ocasião das festas religiosas, ou comemorações diversas. Podemos afirmar que os momentos de diversão e festejos são marcas profundas da experiência no campo, eles compõem o modo de vida desses sujeitos, mesmo diante do alto grau de exploração vivenciado, há especial cuidado que garanta o recreio tão necessário à sobrevivência, uma “desnecessidade de trabalhar” (CANDIDO, 2001). Trata-se de uma “cultura plebeia” (THOMPSON, 1998), formada pela tradição, cujos costumes geralmente não possuem a acumulação como referência. Por mais que a exploração os sufocem cotidianamente, criam espaços de fuga.

Sociabilidades do campo

Pensando nesse universo camponês com seus modos próprios de sociabilidades, cumpre questionarmos como se davam os momentos de lazer e festas no campo. Onde se reuniam para festejar, encontrarem seus pares, celebrarem suas conquistas ou saberem de alguma notícia (?).

Na tentativa de respondermos tais questões, tomemos o testemunho do lavrador Vicente Pompeu da Silva. Lembrando sua infância e juventude, recuperou várias manifestações culturais, experimentadas no interior cearense, revelando momentos de expressiva reunião em torno do lazer.

A brincadeira mais importante que o povo achava era jogar maneiro-pau. Ajuntava doze pessoas, que é pra cada um, um cacete, joga maneiro-pau. Quatro pau dum lado, quatro pau do outro pra não bater na pessoa, aquele negócio. O povo achava bom aquele tipo de brincadeira. E outro era brincar com o boi... bumba, o bumba-meu-boi, aquele negócio todo, aquele negócio todo, era umas brincadeiras sem futuro, mas não tinha outro tipo de brincadeira. (p.VI) O povo gosta e tudo mais, e essa coisa, e ajuntava muita gente né. E eu brinquei também, adepois de maior, de um careta ... botava uma careta, assim... tirava a cauda dum boi, duma rês ... viu ... e butava o papelão, assim, pregava aquilo com angu de goma, custurava, ficava a barba mesmo assim (e Pompeu gesticula mostrando) e butava aquele bigode assim, e ficava uma feiura, mas o povo gostava ... [...] Parece que se chama “Reis de Congo”... Reis de Congo e aquele negócio todo, era um tipo de brincadeira, era aquilo que hoje ninguém inventa mais. Então, o negócio da brincadeira era isso...⁵

Vicente Pompeu integrou o conjunto de pobres do campo dispostos a enfrentar as condições degradantes de vida e trabalho impostas pelos latifundiários e crismadas pelo Estado. Logo cedo participou ativamente na criação das primeiras Associações de Lavradores e Trabalhadores Rurais do Ceará, cumprindo destacado papel em espaços de organização de classe como Assembleias e Congressos, filiando-se, em 1962, ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Rememora danças, folguedos e tradições como algo pertencente à vida do trabalhador, bastante apreciados por eles que enfrentando imensas dificuldades materiais, garantiam a festança improvisando adereços e vestimentas. O

⁵ Entrevista. Vicente Pompeu da Silva por Adelaide Maria Gonçalves Pereira e Eunice Lima Souza. Fortaleza, 14/03/2003; 17/03/2003. Arquivo do Plebeu Gabinete de Leitura, página 8.

camponês faz questão de descrever o processo de confecção das máscaras e os gestos que compunham as brincadeiras, citando as mais apreciadas como o Maneiro-pau, o Bumba-Meu-Boi e a Festa dos Caretas, motivação para o ajuntamento de “muita gente”, momentos de significativos encontros entre os participantes.

Seguindo os rastros das danças que compunham a vida camponesa, verificamos a importância da sociabilidade no campo, geralmente favorecida pelos poucos espaços destinados ao convívio que foge aos ditames da exploração por meio do trabalho. O tempo, e se fazia o maior esforço para isso, deveria ser ocupado com momentos de distração nas bodegas e vendas espalhadas pelo interior. Aqui, temos a oportunidade de verificar a potência desses locais não somente destinado ao comércio de alimentos e bebidas, era na bodega que se discutia temas do interesse camponês, lá ouviam no rádio além de canções, notícias de outras terras, era lá também onde se prestigiava o desafio de repentes, bastante valorizados pelos moradores da redondeza. Podemos ver a força que tais espaços possuíam, através da peça de teatro “O Cavalo do Cão”, de Aldemir Sobreira.

Liberato (indo até o alpendre): Cadê teu irmão?

Zuzinha (ainda fora, sem aparecer): Ficou na vila, na bodega do Finfim. Disse que vinha logo.

Liberato: Já pedi para vocês não botarem os pés naquele antro!

Zuzinha (ficando no alpendre, com ar de desculpa): Queria ouvir o noticiário. Disse que vem já, já!

Liberato: Já devia estar aqui (SOBREIRA, 2004: 20).

Escrita nos anos 1960, constituída de três atos, a peça teatral narra a trágica história dos camponeses da Fazenda do Grotão em revolta contra o dono da terra, Coronel Fortunato, responsável pela miséria da vida dos trabalhadores. “Como nos bons folhetos de feira, o diálogo é ágil, enxuto, sugerindo imagens, sons e emoções, além da reflexão política sobre a realidade social dos deserdados filhos da terra” (SOBREIRA, 2004: 11). Na conversa entre dois irmãos camponeses, a bodega de seu Finfim aparece como espaço destinado à escuta do noticiário transmitido pelo rádio. Seu Finfim, além de comerciante, era simpático aos movimentos que se fortaleciam nos anos 1960, sobretudo pras “bandas” de Pernambuco, onde as Ligas Camponesas demonstravam a necessidade de lutar pela Reforma Agrária. Para Liberato, irmão mais velho que via com receio o envolvimento de Zuzinha e Deusdete no processo de organização das lutas no campo, a bodega era o local

onde se disseminava essas ideias perigosas que desafiavam o poder do latifúndio, pondo em risco a vida de seus irmãos.

A conjuntura instigava as conversas nos espaços de ajuntamento como nos bares e bodegas, pois as agitações camponesas já comemoravam algumas vitórias. Em 1959 se dá a desapropriação das terras do Engenho Galiléia, em favor dos camponeses, em Pernambuco. Entre 1959 e 1961 também são desapropriadas fazendas no Rio de Janeiro, em benefício da reivindicação dos posseiros. Em 1962, no Rio Grande do Sul, as fazendas Sarandi e Camaquã são também desapropriadas para fins de Reforma Agrária (GRYNSZPAN; DEZEMONE, 2007).

O noticiário era propagado praticamente pelo rádio, instrumento fundamental para compreensão da cultura dos trabalhadores. Para Sulamita Vieira, o rádio significava, à época, um dos pilares, uma espécie de suporte para o funcionamento ou a reprodução desse campo, seja no que diz respeito ao processo de divulgação, seja no que concerne à sua eficácia enquanto meio de mobilização do público (VIEIRA, 2012: 49). Nesses termos, a ida dos camponeses aos espaços para escuta do rádio permitia o confronto com informações e a partir de suas experiências elaborarem, de modo crítico, suas leituras de mundo, pois sabiam, desde cedo, que a vida era injusta, que o sofrimento pelo qual passavam tinha raízes na exploração do trabalho e na falta de terra. Tal fato, confirma a disposição dos subalternos pelo encontro em lugares que escapavam à regulação dos proprietários. Lá, além de se confraternizarem, fermentavam suas insatisfações, fortaleciam suas redes de solidariedade, alimentavam seus preceitos de resistência. Raymond Williams chama à atenção para a vocação dos trabalhadores interpretarem os momentos vividos, sobretudo lendo criticamente o que chega pelos veículos de comunicação; nos lembra que entre eles encontramos “tanta delicadeza, tanta rapidez de discriminação, tanto entendimento claro de ideias quanto em qualquer outro lugar” (WILLIAMS, 1958: 12).

Violeiros e repentistas

A bodega também juntava gente apreciadora dos repentistas, animados por cantadores, violeiros, versados na arte da rima a partir do improviso, sacado da experiência e do olhar sensível dos músicos, cantando o cotidiano do campo, suas dores e alegrias. Zuzinha, como

admirador da bodega do Seu Finfim e do rádio, também tinha gosto pelo repente, ensaiando, inclusive, seus próprios versos:

Zuzinha (do alpendre):
Agora dou um palpite,
Que é muito interessante,
O tempo das vacas gordas
Não está muito distante.
Teremos muita fartura
Em arroz, milho e feijão,
Duzentas braças de terra,
Sete cavalos alazão!
Não se ponha a duvidar
Desta minha previsão,
Ou a fartura vem
Ou vem a revolução ...
(SOBREIRA, 2004: 23).

O repente brota do desejo de transformação da realidade experimentada. Um tempo bom é anunciado pelos versos do trabalhador decidido a lutar por “fartura”. A junção de “arroz, milho e feijão” somados à terra e cavalos, reflete o projeto de sociedade almejado pelos camponeses, sintetizados por Zuzinha como o “tempo das vacas gordas”, previsão dada por certa, nem que fosse conquistada pela “revolução”. Tais versos incomodaram Liberato, cada vez mais receoso com o envolvimento de seus irmãos nas discussões e celebrações em torno da luta por direitos no campo. Da conversa sai mais uma constatação: os desafios de repentes sobre temas variados terminavam no ABC das Ligas Camponesas, confirmando a importância dos momentos de lazer para o fortalecimento das lutas no campo.

Liberato (zangadíssimo): Quer parar com essa besteira, Zuza!
Zuzinha: Estava só lembrando os versos que cantei hoje na bodega do Finfim, ainda agorinha.
Liberato: Excomungado... essa bodega...
Zuzinha: Ôxente, que é que tem a gente ir lá? Gosto de fazer meus repentes, de ouvir o noticiário, de ouvir o Deusdete falando! Por isso vou e não tem quem em empate!
Liberato: A peste daquele rádio. É uma isca! Querem juntar gente pra discutir política e os bestas vão. E agora esses cantadores vai gente que só formiga. E todo dia é a mesma coisa. Começam com desafios e terminam fazendo ABC dessas malditas ligas. [...] não se meta com esse negócio de política. Não é para nós, meu irmão. Política é pro coronel Fortunato, pro

A LUTA TAMBÉM SE FAZ NA FESTA: CULTURA E POLÍTICA CAMPONESA NO NORDESTE BRASILEIRO (1950-1964)

major Anastácio, para o Pe. Oséias, que são homens de dinheiro e influência (SOBREIRA, 2004: 23-24).

Os cantadores atraíam muita gente disposta a ouvir os desafios cantados nas bodegas. Liberato acusa o rádio de ser o grande chamariz para a aglomeração, ocasiões em que se aproveitava para também musicar a marcha dos camponeses pela Reforma Agrária. Pelos repentes a política era apresentada as gentes simples, era também por meio dos encontros nos bares que se percebia a necessidade de discutir modificações na sociedade, lá “esse negócio de política” deixava de ser assunto apenas do coronel, do major e do padre, passando a ocupar destacado lugar nos momentos de encontro dos trabalhadores.

Mas, quem eram esses sujeitos que com suas violas ou sanfonas animavam os sertões, levando música e política pelo Nordeste brasileiro? Sob que condições se apresentavam? Em relação aos violeiros espalhados pelo interior, Francisco Julião pontua:

O violeiro é figura inseparável das coisas típicas que perfazem o Nordeste. É poeta e músico. Sua poesia é instantânea, improvisada, espontânea. [...] Em toda feira ou festa, no interior do Nordeste, o violeiro ou o cantador constitui a maior atração. O violeiro canta suas criações e a poesia dos outros. O cantador, em regra, é o profissional que vende folhetos nas feiras, nas festas e outros ajuntamentos de pessoas. Para vendê-los, recita-os em voz alta, e o faz cantando. O folhetaísta é o profissional que escreve o folheto (JULIÃO, 1962: 35).

Os violeiros eram figuras marcantes das manifestações culturais da região, estando presente em várias ocasiões, como nas feiras, celebrações religiosas e demais festejos. Com suas músicas improvisadas, muitas delas oriundas dos folhetos e cordéis, momentos que se aproveitava, inclusive, para vender tais publicações. Porém, as cantorias tão comuns na região, não eram animadas somente por profissionais da música, muitos trabalhadores cultivavam o gosto pela música se dedicando também a tocar certos instrumentos. Notamos a presença, por mais simples que fosse, desses objetos sonoros responsáveis pela festa, pela distração, animando esse sertão, fazendo ecoar os sons arrancados com maestria das concertinas, oito baixos ou pé-de-bode, das sanfonas em suas mais variadas denominações (VIEIRA, 2006).

A rabeça e a viola também possuíam lugar. Manoel Marques da Costa, além de trabalhador do campo, era violeiro, lembra do gosto de seu pai pela música, sempre

dispondo sua casa para receber a cantoria. Quando aparecia algum violeiro de fora, era garantida a noite de animação, com versos rimados na hora, no repente, arrancando aplausos dos presentes a cada desafio cantado. O contato com a música e as festas de cantorias o encorajou a se aventurar pelo mundo dos repentes, chegando a viajar para fora do Ceará. Em entrevista lembra:

A minha vida de violeiro foi o seguinte: eu adorava a cantoria quando era criança, e meu pai também gostava, a cantoria era muito difícil naquela época, mas todo cantador que andava por aí, meu pai botava para cantar lá em casa. Ele adorava a música, até cantava, ouvia cantar um romance e dois violeiros de desafio, pra mim aquilo era uma beleza. Aí eu fui tentando a fazer uns versinhos lá pela a roça mesmo, pra me divertir inventando uma coisa e inventando outra e depois vi que dava para cantar. Um dia, chegou um cantador sozinho numa casa lá, e o povo pediu pra cantar um desafio com ele; eu era um rapazinho de 16 anos, quis assim meio acanhado e depois peguei o violão que tinha lá e cantei o desafio. Aí o povo botou na minha cabeça que eu devia fazer profissão. Eu não fiz uma profissão diretamente, mas cheguei a andar em nove Estados usando essa profissão. É uma profissão muito difícil também além de ser muito sacrificoso, a gente abrir a boca pra cantar uma noite inteira, muitas vezes pra gente embriagado. E tem outras consequências: um outro dia a gente tá com sono e tem que viajar, e tinha que viajar naquele tempo montado ou a pé, 4 ou cinco léguas para tirar outra cantoria e passar outra noite acordado de novo sem nem ter dormido de dia, nada. Além de tudo, naquele tempo era difícil hotel, e a gente não tinha meios de transportes. A gente mesmo que andasse montado, mas a fome era certeza por que não tinha o quê comprar pra comer em canto nenhum. Aí eu fui pensando e eu fui querendo deixar... Nunca largara as freguesias de ir me ouvir cantar e eu fiquei com a viola como um encosto. Uma coisa que eu tinha pra divertir meus amigos nos fins de semana, quando eles me chamassem. E ainda hoje eu possuo a viola e não tenho a profissão de cantar, mas ainda sei⁶.

Manoel afirma desde cedo ter gosto pela cantoria, quando ainda menino vivenciava em casa aqueles espetáculos simples, para ele repletos de encantamento e “beleza”. Passou a “fazer uns versinhos na roça mesmo”, dividindo o peso da enxada com a criação de estrofes a serem musicadas mais tarde, sem grandes pretensões, lembra, eram pra sua diversão. Com o passar do tempo, tentou a vida como violeiro, animando festas em outras cidades, enfrentando as agruras sofridas pelos cantadores, pois as viagens geralmente eram

⁶ Entrevista. Manoel Marques da Costa. Projeto História Oral. Universidade Federal do Ceará – Núcleo de Documentação Cultural. 1983. p.7-8.

feitas por montaria ou a pé, razão que o desmotivou a seguir no ramo, porém nunca abandonando sua viola, passando a tocar para a diversão dos amigos no tempo livre.

Pelo testemunho de Manoel percebemos a inclinação camponesa pela criação de versos, pelo exercício da imaginação cultivada na roça, pela vontade de superar a difícil realidade também por meio de processos criativos, pela arte. Questionado sobre os temas que geralmente cantava, não só responde mas vai além, indica uma fundamental característica dos camponeses: o apreço pelo conhecimento, numa sociedade privada de espaços destinado ao estudo formal, as cantorias se transformavam em verdadeiros espaços de aprendizado.

“Naquele tempo a gente cantava... mais quando eu comecei, o povo queria que eu cantasse mais a história sagrada, a história do José do Egito, do Moisés e etc, ou se não a geografia, pra o povo saber, como aquele povo não estudava, interessava muito o quê a gente cantando dissesse, como quando tinha sido descoberto o Brasil, como começou a luta pelo Brasil e pela libertação do cativo, como foi que o Dom Pedro conseguiu libertar o Brasil de Portugal. Enfim, o povo se interessava muito disso. E já a mocidade interessava mais que a gente cantasse tema de amor e conforme os sentimentos deles. E como a cantoria, é, faz parte da cultura, e é na verdade a cultura, porque a pessoa analfabeta logo que ele começa a cantar, pela poesia ela às vezes é mais inteligente do que um provado, isto todo mundo sabe⁷.

O que aparentemente era distração, lazer e descanso, na verdade servia como momento de aprendizado, de leitura crítica, de trabalho com a imaginação. A música nesse sentido confirmava a negação ao modo de vida imposto aos pobres no campo, era por meio da poesia que algumas histórias distantes chegavam e eram constantemente adaptadas ao repertório cultural local. Queriam saber das histórias sagradas, das coisas do amor, mas também tomavam gosto pelos fatos ocorridos no Brasil distante, porém com ressonâncias bem próximas, como a independência do país e a atuação do Imperador D. Pedro II. A cantoria também desempenhou papel político ao trazer em seus versos traços da vida no campo e musicar temas em constante debate nos anos 1960, como a libertação dos pobres e o direito, a eles negado, “de serem gente”.

⁷ Entrevista. Manoel Marques da Costa. Projeto História Oral. Universidade Federal do Ceará – Núcleo de Documentação Cultural. p.8-9

Então, eles, o pessoal se interessava de mais, como eu já disse, pra cantar aquelas histórias, às vezes, a gente entrava na tarefa política. Não era bem na política partidária, era na política da vida do homem. Dizendo a eles que tinha direito à liberdade, o direito de ser gente, e etc. E conheci dois violeiros que narram uma coisa engraçada, e ainda hoje, quando mesmo que os dois seja de oposição, um se faz democrático e o outro antidemocrático. Além de graça pro povo, vai sair muitas ideias da cabeça deles e vai ajudar muito no desenvolvimento político do país. Isto lá no sertão, em todas as cantorias a gente sempre tentou fazer isso: um, dizer o que é ruim, e o bom, nem que não fosse, só pra criar confusão com o outro violeiro. E isto ia ajudando o povo a descobrir o que está certo e o que está errado né?⁸

O camponês lembra a importância da “política da vida do homem” nos versos cantados, formados a partir da lida no eito, são composições que animam os trabalhadores a seguirem resistindo em defesa dos valores democráticos. A cada desafio cantado, louvação aos presentes, risos, aplausos, manifestações de contentamento ou desaprovação acompanham as toadas, responsáveis por musicar a vida no campo. Aqui nos deparamos com a força da cultura camponesa com presença marcante na agitação política e social nos anos que antecederam o golpe de 1964, ocupando com frequência as ruas em suas “concentrações monstros”, nos atos de massiva participação dos trabalhadores oriundos das lavouras, externando suas reivindicações por dias melhores. A disposição pela luta contra a exploração e a injustiça no campo em todo o Brasil ganha força à medida que as mobilizações de vários setores da esquerda brasileira passam a disputar a opinião pública, pressionando os poderes públicos para implementarem as reformas de base, dentre elas a mais temida pela classe dominante, a Reforma Agrária.

Marchando para a vitória: era essa a convicção de José Leandro, liderança sindical camponesa do Ceará, compartilhada entre tantos outros sujeitos quando resolveram persistir teimando em não aceitar a miséria presente no campo. Estar na rua era sinal de demonstração de força, mobilização, denúncia e, sobretudo, teimosia. Deixavam seu recado aos chefes do poder, saíam dos roçados ocupando os centros urbanos de várias cidades, quebrando um silêncio secular. Além de suas vozes, cada vez mais presentes a gritar por direitos, utilizavam um de seus principais instrumentos de trabalho com o fim de serem

⁸ Entrevista. Manoel Marques da Costa. Projeto História Oral. Universidade Federal do Ceará – Núcleo de Documentação Cultural. 1983. p.9.

escutados, as enxadas gritavam seu sofrimento, fazendo ecoar a determinação dos camponeses em busca de terra, justiça, dignidade.

Passeatas, manifestações, concentrações, nós fizemos muitas aqui e no interior do Estado. Fizemos em Iguatu, Quixadá, Aracati, Cabreiro, Camocim, na Serra de Baturité. Tinha um fato interessante. A FALTAC (Federação dos Agricultores, Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Ceará), para essas grandes ocasiões, sempre conseguia das autoridades ou políticos amigos alguma oferta para os camponeses. Geralmente eram enxadas e os camponeses saíam pelas ruas arrastando as enxadas e fazendo uma zoadá danada, numa alegria louca. De sorte que era uma luta que a gente via que marchava para uma grande vitória (COSTA, 1988: 59).

A mensagem era principalmente dirigida à classe dominante, aos donos da terra, fazedores de fortuna às custas da grilagem, da expropriação e da exploração dos trabalhadores. Fazer passeatas, reuniões, assembleias, acompanhar as notícias de revoluções protagonizadas por homens e mulheres pobres do campo em outros países, desafiar a ordem do capanga, contar com apoio jurídico, participar de congressos, são ações que passam a compor uma história de enfrentamento e resistência. A aproximação de agrupamentos e partidos de esquerda junto aos camponeses vai reforçar a visão da elite rural sobre a urgência em barrar aqueles movimentos, cuja disseminação, como vimos, extrapolava os momentos de debates nas associações e sindicatos.

Poesia da roça

Acreditamos que a festa, a dança e os versos bem aos modos do universo camponês, foram fundamentais ao processo de agitação verificada na conjuntura dos anos 1960 em todo país, foi por meio da cultura popular que a indignação tomou forma e se verbalizou, afinal boa parte da luta por justiça no campo se deu por meio da palavra (GONÇALVES, 2018). Tal assertiva é confirmada pelos editores do Terra Livre, que não mediram esforços em reservar espaços para publicações da poesia camponesa em praticamente toda as suas edições. Para eles, os trabalhadores gostavam de versos.

O Povo, particularmente os camponeses, gosta muito de versos. Isto porque os versos não só proporcionam momentos de prazer e alegria, o canto das coisas boas e belas da vida, como também servem para exprimir seus sofrimentos, reclamar contra as injustiças e exigir o amor, a paz, o pão e a felicidade (Terra Livre, Março 1961:5).

O apreço dos camponeses pelos versos do Terra Livre, dos folhetins e dos cordéis, devia-se ao fato de que falavam da vida sofrida no campo. É uma poesia aproximada dos seus penares, as rimas lidas, seja por meio da leitura visual ou pela auditiva, eram repletas de histórias e personagens comuns ao universo da maioria daqueles trabalhadores. Foi por meio dessa literatura, cumpre acentuar, que o processo de mobilização das Ligas Camponesas se difundiu de forma copiosa. Valendo-se de várias alternativas de divulgação das Ligas junto aos camponeses, como conversas de “pé de pau”, nas farinhadas, nas feiras, celebrações religiosas e funerais, Francisco Julião destacou o papel decisivo desses versos. A poesia popular, a leitura de folhetos, os cordéis favoreceram para “despertar, atrair, unir e organizar os camponeses em Ligas” (JULIÃO, 1962: 34), sobretudo nos momentos que escapavam ao olhar dos proprietários e seus capangas.

Percebemos desde logo, pela rápida análise dos seus diferentes assuntos, que, embora aquela literatura não encerrasse conteúdo político, continha no entanto acentuado caráter ideológico. Na verdade, quase todos os temas explorados se baseiam na luta do fraco contra o forte, do pobre contra o rico, do camponês contra o latifundiário. Canta-se pelas feiras a notícia do trabalhador pobre que matou o patrão, o latifundiário, por que lhe deflorou a noiva querida. O poeta camponês para despistar, transplanta o cenário da peleja. A “Luta de Manoelão do Paraná com o Seringueiro do Norte” é uma história que se passa no Nordeste, mas o poeta a coloca noutra região (JULIÃO, 1962: 38).

Estamos diante de uma poesia comprometida com a transformação social. Os versos saem da roça como manifestação crítica a um sistema injusto de produção. Carregados de histórias que narravam as batalhas de pobres contra ricos, de trabalhadores pobres contra latifundiários, das façanhas de Lampião e seu bando em favor dos desprovidos, alimentavam “o sonho de liberdade” dos espoliados, que ao entrarem em contato com aqueles casos, não só se identificavam, acabando por também produzir sua versão das sagas de libertação, como se observa em Patativa do Assaré. Poeta da roça, como costumava se apresentar, Antonio Gonçalves da Silva, narrou diversas histórias dos pobres da terra em

marcha para libertação. Profundo conhecedor dos modos de vida no campo, “sempre esteve ao lado do mais fraco” (CARVALHO, 2017: 102), denunciando, por meio de sua poesia, as violações cometidas pelos donos da terra.

Sou fio das mata, cantô da mão grossa,
Trabaio na roça, de inverno e de estio.
A minha chupana é tapada de barro,
Só fumo cigarro de páia de mío.
Meu verso rastêro, singelo e sem graça,
Não entra na praça, no rico salão,
Meu verso só entra no campo e na roça
Nas pobre paióça, da serra ao sertão (Terra Livre, Março 1956: 3).

O terreno fértil para o cultivo de sua poesia era os ambientes dos trabalhadores do campo e da roça, moradores das pobres palhoças. Para o poeta, seus versos não “entravam” nas praças e nos ricos salões, considerados pelos frequentadores daqueles espaços como “rastêro, singelo e sem graça”. Todavia, Patativa insistiu, durante toda a sua vida, em criar rimas voltados à luta social dos camponeses, pois o desejo por terra, trabalho e pão não podia ser esquecido pelos trovadores do povo. A utopia, portanto, devia ser cantada, o sonho da Reforma Agrária responsável pela emancipação no campo, teria que ser divulgado também pelos versos:

Pobre agregado, força de gigante
Escuta, amigo, o que te digo agora,
Depois da treva vem a linda aurora
E a tua estrela surgirá brilhante.
Pensando em ti eu vivo a todo instante
Minha alma triste e desolada chora,
Quando te vejo pelo mundo afora
Vagando incerto, qual judeu errante.

Para saíres de fatal fadiga
Do horrível julgo que cruel te obriga,
A padecer situação precária.
Lutai altivo, corajoso e esperto
Pois só verás o teu país liberto,
Se conseguires a Reforma Agrária (Terra Livre, Março 1961: 5).

São versos que atestam a preocupação dos trabalhadores com a luta, trata-se de uma poesia popular em que seu principal compromisso é com a divulgação de seus ideais. A

arte, nesse sentido, é depoimento, denúncia e registro. As estrofes mais que fruição estética querem em linguagem simples demonstrar que a arte deve animar o enfrentamento à opressão. É também uma experiência pedagógica, por meio dos versos os camponeses aprendem e ensinam como combater os males que põem sua dignidade em risco (BASTOS, 2017). Em Patativa a Reforma Agrária é uma possibilidade com fortes chances de ser conquistada, nessas estrofes observamos a compreensão da “força de gigante” contida entre os camponeses. Era preciso coragem, determinação e esperteza para garantir a libertação da “fatal fadiga” e, assim, comemorar a “linda aurora” que se avizinhava.

Ao aprofundarmos a investigação sobre os modos de vida no campo e sua relação com os movimentos que exigiam justiça social aos camponeses, observamos que a cultura e suas manifestações tradicionais para esses sujeitos não são meros adereços, com pouca expressão no cotidiano. A cultura, estamos convencidos, é parte integrante do viver e lutar desses sujeitos. Tal fato se comprova no formato de atuação das Ligas Camponesas, Associações e Sindicatos de Trabalhadores, que primavam por trazer ao centro expressões culturais próprias do campo. Nesse sentido, danças, cantorias, repentes, versos, enunciaram marcas culturais dos camponeses carregadas de sentidos políticos questionadores da estrutura agrária brasileira, contribuindo para escrita de mais um capítulo da história social da teimosia no Brasil.

Referências

AARÃO REIS, Daniel. (Org.). *As esquerdas no Brasil. Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 2, p. 209-236, 2007.

BARTRA, Armando. *Os novos camponeses: leituras a partir do México profundo*. São Paulo: Cultura Acadêmica; Cátedra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, 2011.

BASTOS, José Romário. *Cultura e Trabalho camponês no Brasil: militância e escrita (1950-1960)*. In: SAMPAIO, Amanda; OLIVEIRA, Lucas A. de; BASTOS, Romário. *À sombra das castanheiras. Luta camponesa: cultura, memória e história*. Fortaleza: Plebeu Gabinete de Leitura, 2017.

CALDEIRA, Clóvis. *Arrendamento e parceria no Brasil*. Rio de Janeiro: Comissão Nacional de Política Agrária, 1955.

CAMARGO, Aspásia de Alcântara. A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964). In: GOMES, Ângela Maria de Castro Gomes... [et al.]. *O Brasil republicano*. v.3, sociedade e política (1930-1964). 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 10 ed. São Paulo: Ed. 34, 2001.

CARVALHO, Gilmar de. Patativa do Assaré, a terra e o poder. In: SAMPAIO, Amanda; OLIVEIRA, Lucas A. de; BASTOS, Romário. *À sombra das castanheiras*. Luta camponesa: cultura, memória e história. Fortaleza: Plebeu Gabinete de Leitura, 2017.

CARVALHO, Horacio Martins de. (Org.) *Chayanov e o campesinato*. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

CHARTIER, Roger. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

COSTA, José Leandro Bezerra da. *Depoimento*. Minha Vida, a sindicalização rural e as lutas camponesas no Brasil. CONTAG – uma vitória dos trabalhadores rurais e da democracia em 1963. Fortaleza: IOCE, 1988.

COSTA, Luiz Flávio de Carvalho. *O Congresso Nacional Camponês (Belo Horizonte, 1961)*: trabalhadores rurais no processo político brasileiro. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica: Edur, 2010.

DECCA, Edgar Salvadori de. Quaresma: um relato de massacre republicano. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 5, n. 8, p. 45-61, 1997.

EAGLETON, Terry. *A ideia de cultura*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

FONTANA, Josep. *A história dos homens*. Bauru: EDUSC, 2000.

GONÇALVES, Adelaide. “A gente cultiva a terra e ela cultiva a gente”: uma história do MST. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (Org.). *O Brasil republicano*. O tempo da nova República: da transição democrática à crise política de 2016. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

GRYNSZPAN, Mário; DEZEMONE, Marcus. As esquerdas e a descoberta do campo brasileiro: Ligas Camponesas, comunistas e católicos (1950-1964). In: FERREIRA, Jorge; JULIÃO, Francisco. *O que são as Ligas Camponesas?* Cadernos do Povo Brasileiro, Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

LOVATTO, Angélica. Um projeto de Revolução Brasileira no pré-1964: os Cadernos do Povo Brasileiro. In: DEAECTO, Marisa Midori; MOLLIER, Jean-Yves. (Orgs.) *Edição e Revolução*: leituras comunistas no Brasil e na França. Cotia, SP: Ateliê Editorial; Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2013.

MARTINS, José de Souza. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

_____. *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas. Campinas/SP, 1995.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *História, metodologia, memória*. São Paulo: Contexto, 2010.

NEVES, Frederico de Castro. O que podemos aprender com os camponeses? In: SAMPAIO, Amanda; OLIVEIRA, Lucas A. de; BASTOS, Romário. *À sombra das castanheiras. Luta camponesa: cultura, memória e história*. Fortaleza: Plebeu Gabinete de Leitura, 2017.

PLOEG, Jan Douwe van der. *Camponeses e a arte da agricultura: um manifesto Chayanoviano*. São Paulo; Porto Alegre: Editora Unesp; Editora UFRGS, 2016.

PRADO JÚNIOR, Caio. *A revolução brasileira; A questão agrária no Brasil*. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

SOBREIRA, Aldemir. *O cavalo do cão: o drama da Reforma Agrária desde as Liga Camponesas*. Fortaleza: Editora Vértice, 2004.

SOUZA, Enilce Lima Cavalcante. *Campo e palavras: dimensões da questão agrária no Ceará, 1954-1964*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza/CE, 2005.

SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de. O campesinato no modo capitalista de produção: raízes conceituais. *Élisée Revista de Geografia*, Goiania, v. 1, n. 1, p 141-155, jan/jun 2012.

STEIN, Leila Menezes. *A construção do sindicato de trabalhadores agrícolas no Brasil (1954-1964)*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas. Campinas/SP, 1997.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VIEIRA, Sulamita. *Velhos Sanfoneiros*. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006.

_____. *O sertão em movimento: a dinâmica da produção cultural*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2012.

A LUTA TAMBÉM SE FAZ NA FESTA: CULTURA E POLÍTICA
CAMPONESA NO NORDESTE BRASILEIRO (1950-1964)

WELCH, Clifford Andrew. *A semente foi plantada: As raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-1964*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

WILLIAMS, Raymond. *Culture is Ordinary*. 1958. A cultura é de todos; tradução de Maria Elisa Cevasco. S.l.: s.n., s.d.

_____. *Cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

Recebido em: 12 de maio de 2019

Aceito em: 25 de setembro de 2019